



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**

Memória da 49ª Reunião Ordinária

do

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

DATA: 19/11/2013

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- | | |
|--|------------------------------|
| 1. Banco do Brasil (BB) | Célia Castro |
| 2. Banco do Brasil (BB) | Flávia Bustamante |
| 3. Banco do Brasil (BB) | Maurício Messias |
| 4. Caixa Econômica Federal (CAIXA) | Sandra Helena Del Pupo |
| 5. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Justina Cima |
| 6. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Maria José de O. Araújo |
| 7. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Vera Machado |
| 8. Instituto de Pesq Econômica Aplicada (IPEA) | Elizabeth Marins |
| 9. Min. da Defesa (MD) | Júlia Pessoa de Almeida |
| 10. Min. da Educação (MEC) | Daiane Lopes |
| 11. Min. da Integração (MI) | Daniela Nogueira Soares |
| 12. Min. da Previdência Social (MPS) | Fátima Aparecida Rampin |
| 13. Min. da Saúde (MS) | Thereza de Lamare Netto |
| 14. Min. das Comunicações (MC) | Juliana Moraes Goes |
| 15. Min. do Des. Social e Combate à Fome (MDS) | Simone Tognoli Moneta |
| 16. Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA) | Maria Isolda Dantas de Moura |
| 17. Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA) | Raquel G. Rizzi |
| 18. Min. do Meio Ambiente (MMA) | Ana Carolina Mendes |
| 19. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP) | Maria do Rosário Cardoso |
| 20. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) | Adriana Rosa dos Santos |
| 21. PR/Casa Civil | Magaly Correia Marques |
| 22. PR/Secretaria de Comunicação Social | Joyce Del Frari Coutinho |
| 23. PR/Secretaria Geral | Carla de Paiva Bezerra |

Da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM:

1. Lourdes Bandeira - Secretária-Executiva
2. Ângela Fontes - SAIAT

3. Camila Rocha Firmino - SE
4. Carolina Pereira Tokarski - SE
5. Daniela Peixoto Ramos - SAIAT
6. Hildete Pereira - Assessora especial da Ministra
7. Leila Giandoni Ollaik - SE
8. Marcelo Seferin Pontes - SEV
9. Renata Preturlan - Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
10. Silvana Zuccolotto – SAE

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** realizou a abertura da reunião dando as boas vindas às/aos presentes. Ressaltou a importância da mesma para os trabalhos do Comitê e para a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM 2013-2015. Leu a pauta da reunião e passou para os informes.

O **Diretor Marcelo Seferin Pontes (SEV/SPM)** deu os seguintes informes:

1. Casa da Mulher Brasileira:

- Assinatura do contrato de gestão e execução financeira com o BB realizada em outubro;
- Publicação dos Editais para a adaptação e aprovações em prefeituras do projeto padrão da Casa da Mulher brasileira em 26 estados;
- Publicação do Edital para execução do projeto executivo padrão;
- Abertura dos Editais prevista para 29 de novembro;
- Breve apresentação do anteprojeto da Casa;
- Recebimento de 8 terrenos já em nome da SPM;
- 8 terrenos em fase final de recebimento, com andamento normal;
- 4 terrenos identificados como viáveis, iniciando o processo de cessão para a SPM;
- Adesão ao programa em 16 estados, mais 4 agendados para 2013.

2. Unidades Móveis: Entregas de 23 Unidades móveis em 16 estados

3. Ligue 180:

- Previsão de encaminhamento da licitação do 180 como Disque-Denúncia programado para ser encaminhado para a Assessoria Jurídica emitir parecer até 4 de dezembro.
- Início das operações do disque a partir de 25/11 em caráter de teste
- Informação da extração da Loteria Federal de 31/11 com alusão ao ligue 180

4. Campanhas: Inserção da campanha publicitária de conscientização e divulgação do 180 iniciada nas redes Record e SBT.

A **Coordenadora Geral Silvana Zuccolotto (SAE/SPM)** informou sobre o Seminário Nacional “Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas” que acontecerá no 21 de novembro, em Brasília. Para o mesmo já estão inscritas 142 pessoas.

A **Secretária Adjunta Ângela Fontes (SAIAT/SPM)** fez um balanço das principais atividades desenvolvidas pela SAIAT desde a última reunião do Comitê. Na área da Diversidade, foi um período com muitas atividades. Aconteceu uma Oficina na Seppir sobre racismo Institucional, além de um conjunto de Seminários em Pernambuco sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha para as mulheres lésbicas e bissexuais. Ocorreu ainda o I Seminário Nacional de Políticas e Mulheres com Deficiência, nos dias 7 a 9 de novembro, os Seminários de saúde indígena de Roraima e da Bahia e ainda o Encontro Nacional de Gestoras LGBT. Informou que aconteceram ainda a Semana das mulheres lésbicas e o Seminário Nacional das Mulheres Indígenas.

Na área da saúde, a Secretária informou sobre o acontecimento do Outubro Rosa, com iluminação de monumentos, campanhas de conscientização para ações de prevenção ao câncer de mama e mobilização governamental para facilitar o diagnóstico (carretas da mulher, mutirão de exames etc). Em relação à temática de Educação e Cultura foi falado sobre a entrega do VIII Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o Lançamento do IX Prêmio. Foi dito ainda que o Edital de Mulheres Jovens nas Ciências, com mais de 500 inscrições. A Secretária Ângela Fontes ainda fez referência à entrega do prêmio “Mulheres Negras Contam sua História”, o lançamento do Livro que compila as redações vencedoras e falou sobre a Conferência Livre de Educação.

A respeito dos Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs, enfatizou que hoje existem 603 organismos e a meta para 2014 é de mil organismos. Informou que foi realizado o Encontro de Organismos de Políticas para as Mulheres com 300 representantes. Nos dias 26 e 27 de novembro de 2013 acontecerão novamente videoconferências com as gestoras. Tivemos nesse período a reunião do Fórum de Mulheres líderes.

Por fim, informou que a SAIAT está com um Edital aberto na página da SPM para ações diretas nas áreas que a SAIAT atua.

A **coordenadora do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, Renata Preturlam (SPM)**, informou que o Relatório Anual Sócio-Econômico da Mulher (Raseam) já está em pronto, finalizando a impressão na gráfica. Esclareceu que o Raseam procura sistematizar indicadores sobre a situação sócio-econômica das mulheres e que para a sua elaboração houve um processo de construção com o IBGE e IPEA, além de um processo de articulação com a Casa Civil e demais ministérios para garantir à SPM a administração do Raseam. A ideia é que o Raseam seja um instrumento de trabalho para a SPM e para todas as nossas parceiras, inclusive as que integram o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que há uma cobrança da Deputada Luiza Erundina para a finalização do Raseam, o que deve acontecer em breve, haja vista que o pagamento para a gráfica já foi assinado. O Raseam será um instrumento de apoio que oferece um panorama estatístico para compreender a situação das mulheres. A demanda é que ele seja atualizado anualmente.

A **assessora da Secretaria Executiva, Camila Firmino (SPM)** informou sobre a participação da SPM na CONAPIR, onde houve um estande onde foram distribuídos diversos materiais da SPM, um grande *banner* com dados do Raseam com o recorte para mulheres negras e também o lançamento do Livro “Mulheres Negras contam sua história”.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** explicou que o prêmio englobou duas categorias: de ensaios e de redação. A única condição para participar do Prêmio

era ser mulher negra. O Edital do prêmio ficou aberto apenas um mês e meio e houve mais de 500 inscrições, número que superou nossas expectativas. Pretende-se lançar a II Edição desse prêmio em 2015.

O **Diretor Marcelo Seferin Pontes (SEV/SPM)** completou seu informe anterior dizendo que já estão sendo feitos os acertos finais da licitação para a transformação do ligue 180 em disque denúncia. As operações como disque denúncia já começam no dia 25 de novembro em caráter experimental. Hoje foi feito o lançamento dos bilhetes da Caixa Econômica Federal com a chamada do ligue 180.

Em seguida foi apresentado pelo Diretor imagens da Casa da Mulher Brasileira. A filosofia fundamental desse projeto é a de “acolher, apoiar e libertar”. A Casa é construída a partir de blocos que se repetem, possuirá aproximadamente 3.400 metros quadrados. De norte a sul temos previsão para equipamentos diferenciados. A Casa é toda pensada com um baixo custo de manutenção, requisitos de sustentabilidade e totalmente acessível. Nossa perspectiva é de inaugurar a primeira Casa em junho de 2014, no Distrito Federal.

Carla Bezerra (SG/PR) perguntou como será o funcionamento da Casa.

O **Diretor Marcelo Seferin Pontes (SEV/SPM)** afirmou que a Casa será construída pelo governo federal, e também este será o responsável por sua manutenção durante dois anos. O operacional será de responsabilidade dos Estados e a gestão da Casa ainda está sendo definida.

A **Conselheira Maria José de Araújo** afirmou que a Casa está muito bonita e que o movimento social tem a expectativa de que seja um espaço importante. Asseverou que sua preocupação é de que os governos estaduais não cumpram sua parte. Segundo ela, vivemos uma situação difícil em vários Estados, que todas as pessoas que estavam requisitadas para o Centro de Referência da Mulher na Bahia foram retiradas. Foi necessária uma luta enorme para que o Centro não fosse fechado. Afirma que há preocupação com a possibilidade de que o projeto da Casa da Mulher Brasileira termine sem funcionários.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** afirmou que a Ministra Eleonora Menicucci tem ido a todos os estados para fazer o lançamento da Casa com corresponsabilidade dos governos estaduais. Segundo ela, o Estado deve firmar o compromisso, salvo um Estado, que não quis a Casa. No caso do Espírito Santo, o governador preferiu doar um edifício, então a Ministra respeita a decisão de cada governador.

Maria José de Araújo, Conselheira do CNDM, afirmou que há muitos estados onde o movimento de mulheres é muito débil. Para ela, os OPMs nos Estados e Municípios possuem um papel fundamental para o correto funcionamento da Casa da Mulher Brasileira. Sugere que a SPM reforce os OPMs para que os mesmos possam “proteger” a Casa da Mulher Brasileira.

Segundo o **Diretor Marcelo Seferin Pontes (SEV/SPM)** as diretrizes são justamente nesse sentido, serão construídos grupos de trabalho para o gerenciamento da Casa, que envolvem diversas instituições.

Para **Júlia Pessoa de Almeida (Ministério da Defesa)** deve ser observada a experiência dos CRAS e CREAS para os quais os repasses de recursos são feitos por meio de um monitoramento sobre a qualidade dos serviços prestados.

Segundo a **Secretária Adjunta Ângela Fontes (SAIAT/SPM)**, no último encontro dos OPMs foi muito difundida a ideia de começar a pensar e a articular um Sistema de Políticas para as Mulheres, uma rede formada para atender às Mulheres. Considera importante que a SPM trabalhe em função de um Sistema e de um Fundo para as Políticas para as Mulheres.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que o material usado no Seminário realizado no encontro do Comitê será transformado em uma publicação que servirá tanto como um documento de memória como um documento pedagógico. Acrescentou ainda que na semana passada esteve na REMAAM – Reunião de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL, em Caracas, na qual foi aprovada a inclusão das discussões de gênero no MERCOSUL.

Finalizados os informes, a **Assessora da Secretaria Executiva, Leila G. Ollaik (SPM)** passou a apresentar o segundo ponto de pauta da reunião, a integração do PNPM com o Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). Na última reunião de 2013, o Comitê havia decidido manter concomitantemente o SigSPM e o SIOP, até analisar o primeiro relatório que o SIOP geraria, em 2013. Considerando que o SIOP gerou um relatório adequado, em setembro de 2013, que foi apresentado no Fórum InterConselhos e teve ampla divulgação, não há mais necessidade de mantermos dois sistemas de monitoramento; embora ainda seja preciso aperfeiçoar o SIOP para o melhor monitoramento da Agenda Transversal Políticas para as Mulheres. Sendo assim, o Comitê concordou que o monitoramento do PNPM passe a ser feito apenas via SIOP. Leila apresentou que o PNPM está todo inserido no PPA, mas ainda não está todo inserido na Agenda Transversal Políticas para as Mulheres, ajuste que já foi solicitado ao Ministério do Planejamento. Afirmou que a SPM ainda tem como “dever de casa” verificar as ações que estão no PNPM, mas que foram retiradas na revisão do PPA. Chamou a atenção de todas/os integrantes do Comitê para que entrem em contato com as/os preenchedoras/os do SIOP para sensibilizá-las/os no sentido de desagregarem os dados por sexo e ainda informarem as ações que fazem parte do PNPM.

Maria do Rosário Cardoso (MP) afirmou que o preenchimento do SIOP é feito por todos os órgãos. Lembrou que é necessário que o responsável tenha acessibilidade de preencher qual o público específico que aquela meta está atendendo. Afirmou que está tentando atualizar a agenda transversal de políticas para as mulheres, mas encontra algumas dificuldades, pois alguns órgãos colocaram apenas o Objetivo ou a Iniciativa, e é necessário que os órgãos também informem a Meta. A previsão do MP é reabrir o sistema a partir do dia 28 de novembro. Sempre lembrando que a meta do PPA é cumulativa até 2015. Nossa idéia é que em fevereiro ou março já tenhamos o relatório fechado para entrega no Congresso Nacional e no próximo Fórum InterConselhos. Precisamos que as/os integrantes do Comitê entrem em contato com as/os preenchedoras/es do seu ministério para que elas/eles coloquem qual o público específico aos quais aquela ação se destina, em especial às Mulheres.

Carla Bezerra (SG/PR) lembrou que o MP estava organizando algumas oficinas para os preenchedores do SIOP; e sugeriu que, caso ocorram novamente, seria uma ótima oportunidade para passar essas informações.

Maria do Rosário Cardoso (MP) asseverou que há uma oficina agendada para início de dezembro para que os servidores entendam a importância de cada uma das metas para a dimensão estratégica. Em princípio, esse treinamento será para as secretarias de políticas transversais. Lembrou que o relatório do Fórum InterConselhos está disponível no site do MP e no da SPM também.

A **assessora da Secretaria Executiva, Camila Firmino (SPM)** afirmou que no SigSPM o detalhamento da ação é maior do que no PPA. A idéia é que consigamos acompanhar via SIOP remetendo, no ato do preenchimento, à ação do PNPM.

Ao final deste item de pauta, foi proposta uma agenda das seis reuniões do Comitê no ano de 2014, compatível com os calendários do SIOP e do Fórum Inter Conselhos, com as seguintes datas: 26 de fevereiro; 30 de abril; 25 de junho; 27 de agosto; 29 de outubro e 10 de dezembro.

Passou-se ao terceiro ponto da Pauta, com apresentação do representante do Banco do Brasil sobre os pontos discutidos com a Ministra Eleonora Menicucci. **Maurício Messias (BB)**. Apresentou as conexões do PNPM com as ações desenvolvidas pelo Banco (segue anexada a apresentação).

Isolda Dantas (MDA) perguntou como foi feito o recorte do PRONAF e qual a série utilizada. **Maurício Messias (BB)** afirmou que o número apresentado é bem conservador, pois leva em conta apenas o número de mulheres titulares e cujas operações ainda estejam vigentes.

Fátima Aparecida Rampin (MPS) perguntou o que é financiado pelo crédito de acessibilidade. **Maurício Messias (BB)** explicou que o crédito financia equipamentos ou materiais que as pessoas precisam para alcançar a acessibilidade, por exemplo, uma cadeira de rodas, um carro adaptado ou um fogão adaptado a cadeirante.

Passou-se a apresentação “Mercado de Consumo Feminino - Estudos do Macro ambiente”, realizada por **Célia Castro (BB)** (apresentação anexa).

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** afirmou que nós temos em torno de 25% de famílias monoparentais, a maioria é chefiada por mulheres que dispõem de baixa renda. Temos observado uma mudança na estrutura familiar. Reivindicou que seja possibilitado acesso para contas às mulheres com renda menor ou igual a um salário mínimo. Informou que teria que se ausentar no intervalo e sugeriu que fosse feita uma avaliação no Comitê no que pode ser aprimorado para o ano de 2014. Informou que a primeira sessão do ano de 2014 será dia 26 de fevereiro.

Após o intervalo passou-se aos pontos IV e V da Pauta, com rodada de exposições sobre o trabalho de cada representante em seu respectivo órgão e a implantação dos novos mecanismos de gênero e exposição de desafios e oportunidade para a inserção da questão de gênero nas políticas públicas.

Isolda Dantas (MDA) informou que foi realizada a II Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável, a primeira com paridade de gênero e que foi um sucesso, pois realmente foi a primeira com presença paritária. Destacou quatro propostas que têm diretamente a ver com o plano. Por exemplo, 50% de Ater é para as mulheres (tem que atender 50% de mulheres obrigatoriamente); 50% de mulheres nos espaços de participação social que o MDA cordena; construção de mecanismos de restrição dos agressores para acessar políticas públicas; e efetivação do programa de documentação para a trabalhadora rural. Ela também apresentou as principais realizações da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (apresentação anexa).

Júlia Pessoa de Almeida (MD) informou que está em vias de ser assinado o Protocolo de Intenções entre SPM e MD e que o Mecanismo de Gênero do MD possivelmente entrará em funcionamento no ano que vem.

Juliana Moraes Goes (MC) explicou que o Ministério passa por uma reestruturação e ela já está se informando dos temas que devem ser resgatados para uma atuação mais presente junto ao Comitê do PNPM. Informou que faz parte da Secretaria de Inclusão Digital - SID, e que, os programas que passam por processos formativos passam por essa Secretaria. E ainda que no processo formativo para formadores de Agente de inclusão Digital de Tele Centros está sendo inserido um módulo de gênero e igualdade étnico-racial.

Ana Carolina Mendes dos Santos (MMA) informou que o comitê do MMA funciona há um ano, e que tem realizado atividades de sensibilização e formação nos últimos meses com a presença da SPM e da academia. Informou ainda que realizaram a Conferência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e criaram uma Conferência Livre sobre Resíduos Sólidos e Gênero, uma experiência muito boa, a partir das quais as propostas foram levadas para a etapa nacional. Explicou também que na Conferência foi realizada uma pesquisa com as/os delegadas/os para entender o perfil delas/os e também o conhecimento das políticas ambientais. Enfatizou que um dos maiores problemas nossos no Comitê é a alta rotatividade das/os integrantes. Disse ainda que o trabalho de monitoramento das metas pactuadas no PNPM exigirá um trabalho interno grande, e que o momento de pactuação não houve uma reflexão interna muito grande.

Simone Tognoli Moneta (MDS) informou que naquele Ministério já existe o comitê de gênero e que estão trabalhando sobre o plano que construíram, onde enxergaram potencialidades para melhorar as políticas para a vida das mulheres. O plano está sendo negociado com cada secretaria, em um processo bem interessante. Na Secretaria que cuida dos dados do MDS já conseguiram abrir a discussão para que tragam o recorte de gênero nos indicadores. O comitê conseguiu ainda a capacitação das/os servidoras/os que trabalham na Assistência Social, para que possam prestar atendimento nos CRAS e CREAS com o recorte de gênero.

Sandra Del Puppo (CAIXA) iniciou sua fala agradecendo a participação da SPM no Seminário da CAIXA pela manhã. Informou que na empresa há o programa Caixa Diversidade, para incluir diversos temas como gênero, raça e etnia no dia a dia das servidoras. Disse que a partir do dia seguinte estariam com a campanha 16 dias de ativismo na CAIXA em grande atividade.

Elizabeth Marins (IPEA) afirmou que há uma coordenação que desenvolve pesquisa com recorte de gênero. Informou ainda que a instituição inscreveu-se no Programa Pró-Equidade de gênero. Leila G. Ollaik (SPM) esclareceu que o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça não é considerado um mecanismo de gênero, haja vista que o mecanismo é essencialmente voltado para dentro da órgão; enquanto o mecanismo de gênero (no caso do Ipea, a coordenação que desenvolve pesquisas com recorte de gênero) é voltado para as ações implementadas pelo órgão (no caso, pesquisas). A coordenação do IPEA tem que a missão de inserir a perspectiva de gênero nas pesquisas produzidas, sendo portanto um Mecanismo de Gênero.

Joyce Del Frari Coutinho (SECOM) informou que o órgão não possui um mecanismo de gênero, mas que o trabalho lá desenvolvido sempre segue a perspectiva de gênero e a orientação da SPM. Ressaltou que há informações sobre a realidade das mulheres que são muito importantes e que serão muito debatidas no próximo ano, no contexto das eleições presidenciais.

Daiane Lopes (MEC) explicou que está retornando agora a participar do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, pois estava em licença maternidade, e informou que o MEC não tem mecanismo de gênero e nem pretende ter, uma vez que

existe um entendimento da Secretaria Executiva do MEC de que já existe uma área temática dentro da coordenação de Direitos Humanos para tratar do tema. Completou expondo que a atuação do Ministério na área de gênero acontece nas seguintes iniciativas:

- formação continuada de profissionais da educação – GDE e GPPGR. O orçamento de 2013 foi de 6 milhões de reais. Para 2014 a perspectiva é de aumentar para 7 milhões de reais;
- elaboração de materiais didáticos com enfoque em gênero, raça e direitos humanos, muitos distribuídos para os cursistas e disponibilizados no sites;
- programa nacional biblioteca nacional temático;
- Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero;
- PROEXT com linha específica para formação em gênero, inscrição de mais de 100 projetos e 23 selecionados.
- Programa Brasil Alfabetizado, 5.403 mulheres matriculadas;
- Foram criadas as diretrizes curriculares de Educação em Direitos Humanos e para o MEC elas já contemplam a questão de gênero;
- Oferta de 2.265 professores da rede pública em 2012 na Lei (afro-descendentes)

Daiane Lopes (MEC) explicou que, para que seja feita a sensibilização dos preenchedores do SIOP no MEC, é preciso que a Secretaria Executiva do MEC seja cobrada pela SPM, porque a secretaria onde ela trabalha no MEC não tem competência institucional para cobrar de outras áreas o preenchimento específico do SIOP para as ações do PNPM. **Camila Firmino (SPM)** questionou sobre o andamento do encaminhamento do Ofício para a criação do Mecanismo de gênero no MEC. **Daiane Lopes (MEC)** informou que esteve fora em licença maternidade e que não sabe informar.

Fátima Aparecida Rampin (MPS) afirmou que espera que seu órgão em 2014 seja mais atuante junto ao Comitê e que ainda não teve acesso ao documento enviado sugerindo a criação do Mecanismo de Gênero. **Camila Firmino (SPM)** afirmou que o documento foi enviado em junho, o Seminário foi um resultado das discussões sobre a criação dos Mecanismos de Gênero, mas que será reenviado ao MPS.

Adriana Rosa dos Santos (MTE) informou que o Seminário sobre Tráfico de Mulheres na região Sul que aquele Ministério iria realizar será apenas no próximo ano. Completou que em 2014 planejam cinco seminários regionais para capacitação de raça e gênero nas pessoas que trabalham na ponta.

Maria do Rosário (MP) informou que encaminhou o documento internamente no MP por meio de memorando em junho para a Secretaria Executiva, mas que até hoje não houve nenhum retorno a respeito. Informou que as ações do PNPM para o MP estão mais a cargo da ENAP, porque dizem respeito à questão de formação.

Passou-se então para uma avaliação das reuniões do Comitê de Monitoramento e Avaliação do PNPM.

Maria do Rosário (MP) afirmou que gosta muito das reuniões, mas que seria interessante que a rotatividade das representantes dos órgãos que fazem parte do Comitê não fosse tão grande. **Adriana Rosa (MTE)** disse que a condução das

reuniões é sempre muito boa, as reuniões sempre são iniciadas no horário e as dúvidas por email são sempre respondidas com rapidez. Acrescentou que o aumento do número de ministérios que compõem o Comitê trouxe mais dinamização para as reuniões. Sugeriu que os órgãos integrantes do Comitê fizessem ações conjuntas para o 8 de março de 2014. **Maria do Rosário (MP)** aprovou a ideia de articular ações conjuntas para o 8 de março de 2014, mas alertou que se o processo de articulação for iniciado apenas na próxima reunião do comitê, em 26 de fevereiro, não haverá tempo hábil para a ação. Sugeriu que sejam feitas ações articuladas como um banner, exposições nos saguões de entradas dos ministérios, etc. **Lourdes Bandeira (Secretária Executiva SPM)** afirmou que poderíamos fazer as comemorações durante todo o mês de março.

Encerrou a reunião agradecendo a participação de todas /os participantes e desejando um feliz final de ano para todas e todos.